



PERSPECTIVAS DA GESTÃO NUTRICIONAL EM DIFERENTES CENÁRIOS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM DOIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

PERSPECTIVES ON NUTRITIONAL MANAGEMENT IN DIFFERENT SCENARIOS: AN ANALYSIS OF THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM (PNAE) IN TWO MUNICIPALITIES IN THE SOUTHWEST REGION OF THE STATE OF SÃO PAULO

DOI: 10.5281/zenodo.19475983



Ronaldo Wilson de Godoi¹

Wanda Aparecida Machado Hoffmann²

RESUMO

A presente pesquisa abrange a realização de uma análise da gestão nutricional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em tempos de pandemia, considerando as estratégias de adaptação dos nutricionistas frente à calamidade pública. Trata-se de um estudo de caso realizado em dois municípios da região sudoeste do estado de São Paulo, com abordagem qualitativa. Foram realizadas entrevistas semiestruturada juntamente com nutricionistas do programa nos municípios. Antes da pandemia, enquanto os estudantes estavam frequentando as unidades de ensino e tinham o devido acesso à alimentação escolar, a política pública contribuía fortemente para o desenvolvimento, crescimento e rendimento escolar dos estudantes, promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis. Mas, durante a pandemia da Covid-19, surgiu um novo cenário, que afetou negativamente o

1 Doutor em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos/UFSCar (2026). Possui Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (2021). Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de São Carlos/UFSCar (2019).

2 Possui Pós-Doutorado em prospecção de informação tecnológica (2001) na UFSCar. Pós-Doutorado em tratamento termomecânico (1997). Doutorado em Ciência e Engenharia dos Materiais (1995) na UFSCar. Mestrado em Engenharia dos Materiais (1992) na UFSCar. Graduação em Engenharia Metalúrgica pela Escola de Minas (1985) na Universidade Federal de Ouro Preto (MG).

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.4 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





sistema de ensino presencial de qualidade, comprometendo o acesso à alimentação escolar pelos estudantes nas escolas. Após a retomada gradativa das aulas presenciais nas escolas, os beneficiários do programa voltaram a ter acesso à alimentação escolar. Apesar de a gestão nutricional juntamente com os gestores locais terem adotado estratégias de adaptação durante a pandemia, os alunos ainda sim tiveram um grau de insegurança alimentar leve durante a pandemia. Mesmo com algumas iniciativas durante a pandemia do covid-19, estas não foram suficientes para garantir a segurança alimentar adequada dos alunos, o que causou perdas na qualidade do ensino e aprendizagem no período.

Palavras-chave: Gestão Nutricional. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Segurança Alimentar. Pandemia.

ABSTRACT

This research encompasses an analysis of the nutritional management of the National School Feeding Program (PNAE) during the pandemic, considering the adaptation strategies of nutritionists in the face of the public calamity. It is a case study conducted in two municipalities in the southwest region of the state of São Paulo, using a qualitative approach. Semi-structured interviews were conducted with nutritionists from the program in the municipalities. Before the pandemic, while students were attending school and had proper access to school meals, the public policy strongly contributed to the development, growth, and academic performance of students, promoting the formation of healthy eating habits. However, during the Covid-19 pandemic, a new scenario emerged that negatively affected the quality of in-person education, compromising students' access to school meals. After the gradual resumption of in-person classes, program beneficiaries regained access to school meals. Although nutritional management, along with local administrators, adopted adaptation strategies during the pandemic, students still experienced a mild degree of food insecurity. Even with some initiatives during the COVID-19 pandemic, these were not sufficient to guarantee adequate food security for students, which caused losses in the quality of teaching and learning during that period.

Keywords: Nutritional Management. National School Feeding Program. Food Security. Pandemic.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, as abordagens relacionadas ao desenvolvimento territorial sustentável e à segurança alimentar e nutricional estão cada vez mais ganhando relevância no âmbito social, político e acadêmico no Brasil. Estas abordagens encontram-se em um cenário no qual há grande necessidade de serem debatidas e, se possível, executadas efetivamente, principalmente em relação às políticas públicas de desenvolvimento territorial e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Nesse contexto, esta pesquisa estudou a Gestão nutricional do





Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas públicas de dois municípios da região do sudoeste do estado de São Paulo, em três recortes temporais: antes, durante e depois da pandemia. O principal objetivo foi identificar a gestão nutricional do PNAE antes da pandemia do Covid-19, enquanto os alunos estavam frequentando as unidades de ensino e tendo o devido acesso à alimentação escolar, situação na qual o programa contribuiu para o desenvolvimento, crescimento e rendimento pessoal e provendo a formação de hábitos alimentares saudáveis para os alunos. Em outro cenário, a pesquisa buscou identificar os impactos da pandemia da Covid-19, iniciada em meados do mês de fevereiro de 2020 no Brasil, que consequentemente gerou a recomendação do isolamento social em todo o país, comunicada através do Ministério da Saúde (MS), e, em outro cenário, após a retomada gradativa das aulas presenciais nas unidades de ensino. Os alunos das escolas públicas, com as escolas fechadas, não tiveram mais acesso à alimentação escolar adequada e de qualidade. O PNAE é um programa executado para atender os alunos da educação básica, incluindo educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos no Brasil.

A pesquisa buscou identificar como a execução nutricional do PNAE continuou no período da pandemia e quais foram as estratégias utilizadas para que os alunos continuassem a ter o devido acesso à alimentação saudável. Segundo o IBGE (2022), o município de Itapetininga/SP possui uma população estimada de 157.790 habitantes e Angatuba/SP possui uma população estimada de 24.022 habitantes. Esses municípios estão situados na região sudoeste do estado de São Paulo, que está inserida no mapa da fome e apresenta grandes características de pobreza e insegurança alimentar.

A pesquisa levantou dados secundários sobre a política pública de segurança alimentar e sua representatividade em nível nacional. Também foi realizada coleta de dados primários, juntamente com os nutricionistas do PNAE dos municípios de Angatuba/SP e Itapetininga/SP. Foram aplicados questionários com roteiros de entrevistas semiestruturados com a nutricionista do PNAE de cada município. Assim, buscou-se identificar a efetividade da gestão nutricional do PNAE nos dois municípios, em três recortes temporais; antes da pandemia da Covid-19, durante a pandemia e após a retomada gradativa das aulas. Também se





buscou identificar se, em algum desses três cenários estudados, os beneficiários do PNAE tiveram algum grau de insegurança alimentar, identificando as principais ações das nutricionistas frente à calamidade pública e as problemáticas enfrentadas nos cenários estudados.

O referencial teórico abrangeu a trajetória da política pública no Brasil, que culminou em programas com foco em mitigar a insegurança alimentar no território nacional. A seguir, são abordados os resultados que envolvem a dinâmica e as estratégias de cada nutricionista do PNAE nos municípios e as ações de enfrentamento à calamidade pública (Covid-19). Sobretudo, avaliou-se a segurança alimentar dos alunos em diferentes cenários, com o propósito de contribuir para que os gestores nutricionais de políticas públicas nacionais tenham um olhar diferenciado sobre a gestão desse programa em diferentes cenários em nosso país.

Essa pesquisa se torna pertinente por conta da grande importância das políticas públicas para a sociedade, analisando um programa, o PNAE, que tem como foco apoiar seus beneficiários, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, que não têm condições de estabelecer hábitos alimentares saudáveis no seu dia a dia. Além disso, o estudo analisou os efeitos da chegada da Pandemia do Covid-19 e o cenário do isolamento social, que impactam a segurança alimentar dos beneficiários do PNAE.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado no ano de 1955, e completou 70 anos de existência. O programa é considerado referência mundial quando se trata de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional dos alunos beneficiários.





O PNAE é popularmente conhecido como merenda escolar, é executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e busca garantir a transparência dos recursos destinados ao programa; Distrito Federal, estados e municípios. O programa se originou no início da década de 1940, a partir do Instituto de Nutrição que desenvolveu um plano do Governo Federal para proporcionar o acesso à alimentação escolar para todos os alunos inseridos nas unidades de ensino, mas essa iniciativa não foi consolidada por falta de recursos financeiros na época (FNDE, 2017). Já a partir da década de 50, foi criado um novo Plano Nacional de Alimentação e Nutricional, e foi nele que se estruturou um programa de merenda escolar em nível nacional, com responsabilidade pública. Deste plano inicial, somente o Programa de Alimentação Escolar que sobreviveu, por meio do financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), que hoje é conhecido como a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o qual proporcionou o acesso do excedente de leite em pó, atribuído inicialmente à campanha de nutrição materno-infantil.

De acordo com Peixinho (2011), as primeiras ações governamentais voltadas a iniciativas de alimentação escolar no Brasil ocorreram a partir da década de 1920, um período de grande discussão sobre a alimentação no país. Nesta mesma década, em São Paulo, o Instituto *Hygiene*, foi o responsável pela implantação dos métodos de pesquisa e propostas de políticas públicas voltadas para a alimentação. O instituto patrocinou diversos estudos aprofundados sobre esta temática, dando publicidade, especificamente, à tese de doutorado do Professor Dr. Antônio de Almeida Júnior, que desenvolveu sua pesquisa sobre “O Saneamento pela Educação”, em 1922, pela Faculdade de Medicina e Cirurgia (Peixinho, 2011 *APUD* Rocha, 2003).

Ainda de acordo com Peixinho (2011), em outubro de 1923, ocorreu no Rio de Janeiro o I Congresso Brasileiro de Higiene. Neste congresso, foram discutidos temas direcionados à alimentação, sendo eles; alimentação escolar e pré-escolar; fiscalização sanitária dos gêneros alimentícios; abastecimento do leite; e alimentação dos soldados brasileiros. Participaram desse congresso quatro representantes do Instituto de Higiene (Geraldo Horácio de Paula Souza, Francisco Borges Vieira, Samuel B. Pessoa e Antônio de





Almeida Júnior). Um desses representantes do Instituto publicou em 1923, a “Cartilha de Higiene para uso das Escolas Primárias”, dando foco à alimentação e bebidas adequadas às crianças na idade escolar.

As principais ideologias do governo federal e das academias na década de 1930 defendiam que, nos primeiros anos de vida, a fome compromete o desenvolvimento de uma pessoa, tendo consequências muitas vezes irreversíveis para o indivíduo. Isso poderia levar ao desenvolvimento de determinadas doenças, capacidade cognitiva e intelectual e também reduzir a autoestima, violando drasticamente a dignidade humana (Peixinho, 2011).

A temática da fome influenciando o desenvolvimento socioeconômico do Brasil foi amplamente debatida por Josué de Castro, geógrafo, nutrólogo e médico, que revelou em seu livro “Geografia da Fome” que, especificamente na década de 30, as consequências da fome não eram estudadas e nem discutidas:

Se fizermos um estudo comparativo da fome com as outras grandes calamidades que costumam assolar o mundo — a guerra e as pestes ou epidemias — verificaremos, mais uma vez, que a menos debatida, a menos conhecida em suas causas e efeitos, é exatamente a fome. Para cada mil publicações referentes aos problemas da guerra, pode-se contar com um trabalho acerca da fome. No entanto, os estragos produzidos por esta última calamidade são maiores do que os das guerras e das epidemias juntas, conforme é possível apurar, mesmo contando com as poucas referências existentes sobre o assunto. E há mais, a favor deste triste primado da fome sobre as outras calamidades, o fato universalmente comprovado de que ela constitui a causa mais constante e efetiva das guerras e a fase preparatória do terreno, quase que obrigatória, para a eclosão das grandes epidemias.

Quais eram os fatores ocultos desta verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome? Isso não era discutido pelos governos e nem tampouco era assunto de estudos na academia. Os políticos da época insistiam em definir como uma fatalidade, provocada pela natureza. Corroborada pela igreja que atribuía o fenômeno ao cósmico, uma fatalidade provocada por Deus para que os seus filhos aprendessem a superar os seus obstáculos causados pelo egoísmo e pelo orgulho (CASTRO, 1930).

Josué de Castro insistia em demonstrar que:

Exaustivamente, a influência dos fatores socioeconômicos sobre os próprios fatores biológicos de nossa população, através da deficiência alimentar e da primazia dos interesses privados, junto à incapacidade equilibrante das instituições políticas. E como as causas sociais são sempre correlativas, essa “deficiência alimentar”, causada principalmente por fatores político-sociais, veio afetar indiretamente essas estruturas políticas, sempre intimamente ligadas às subestruturas econômico-sociais (CASTRO, 1930).





Nas palavras de Peixinho (2011), o mundo começou a sentir as pressões dos fatos, nos quais milhões de pessoas passaram a morrer por conta da subnutrição, decorrente da falta de alimentos. Cerca de dois terços da humanidade viviam em estado de insegurança alimentar e passavam fome, o que passou a incomodar os políticos, governantes e grandes empresários.

De acordo com Fonseca (1953), no ano de 1935, o Ministério da Educação e Saúde Pública realizou a Campanha Nacional pela Alimentação da Criança (CNAC), executada pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), com foco na orientação nacional para consolidar a alimentação nas escolas, firmando-se como uma iniciativa de obrigação oficial, e não uma iniciativa privada.

A iniciativa do desjejum escolar foi primeiramente implantada na Noruega, em 1925, depois na Rússia, Chile, Argentina e, no Brasil, a Seção Técnica do SAPES, implantado em 1942, sendo servido das 6h30 às 7h30 da manhã (COSTA, 1950 apud STEFANINI, 1997).

Na década de 40, existiram algumas iniciativas idealizadas pelos Serviços de Alimentação e Previdência Social (SAPES), com o foco no público-alvo: as crianças. Entre as ações, estavam: “O desjejum dos filhos dos operários”, “O copo de leite escolar” e as “Sopas escolares” (Rosenburg, 1972). Dante Costa foi quem organizou a SAPES e também idealizou o serviço de desjejum escolar, no ano de 1942, no qual atendia cerca de mil filhos de trabalhadores, os quais precisavam realizar exames médicos em datas pré-estabelecidas.

De acordo com Costa (1948 apud PEIXINHO, 2011), destaca-se que a desnutrição das crianças era entendida como um dos motivos para o mau desenvolvimento escolar, mas não era o único motivo, pois grande parte dessas crianças vinha de famílias carentes e com vulnerabilidade social. O mesmo autor defendia algumas medidas relevantes para o combate à desnutrição, e destacava as unidades escolares como o principal local para enfrentá-la. Para isso, seriam necessárias três medidas: o desjejum, a merenda e o almoço escolar.

O desjejum era composto por um sanduíche de carne, de galinha, queijo ou ovo, uma fruta e um copo de leite. Já a merenda escolar consistia em alimentos sólidos, contendo também sucos de frutas e leite, respeitando os hábitos alimentares regionais. Em uma situação pessimista, na qual não houvesse condições financeiras para possibilitar o fornecimento da





merenda, era dada como opção a sopa e o copo de leite, mesmo sendo a pior das soluções, tornando-se uma iniciativa apenas de caráter demagógico (PEIXINHO, 2011). Nesta mesma época, o governo começou a fornecer folhetos sobre “Alimentação Escolar” e idealizar hortas nas escolas (COIMBRA, 1982).

As discussões sobre esta temática no meio acadêmico fizeram com que tivesse início o processo de formação de nutricionista, em meados dos anos de 1939, no Instituto de Higiene de São Paulo, que atualmente corresponde ao curso de graduação de nutricionistas da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). No ano de 1946, foi também quando passou a funcionar o primeiro curso de graduação em nutrição na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro), denominado Instituto de Nutrição (INUB), atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (PEIXINHO, 2011).

2.2 A Importância da Segurança Alimentar para o Processo de aprendizagem

Sabemos que a Segurança Alimentar deve estar em harmonia com o Processo de Ensino de Aprendizagem, para que os estudantes possam ter o maior desempenho acadêmico nas escolas. Ao pensarmos isso, neste capítulo iremos realizar uma análise da importância da Segurança Alimentar para o Processo de Aprendizagem, especificamente, levantando informações relevantes da última década.

No ano de 2010, foram regulamentadas duas ações de grande importância para a segurança alimentar no Brasil, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (Decreto n. 7.272, de 25.08.2010), bem como a incorporação da alimentação como direito social previsto na Constituição Federal (Emenda Constitucional n. 64, de 04.02.2010) (POF, 2020).

A LOSAN, além de realizar as ações de alimentação como direito humano e a cidadania, passou a estimular o poder público a monitorar e avaliar sua efetivação. Levando isso em consideração, a Segurança Alimentar Nutricional vai muito além do acesso à alimentação adequada, mas sim, também a conservação da biodiversidade, as condições

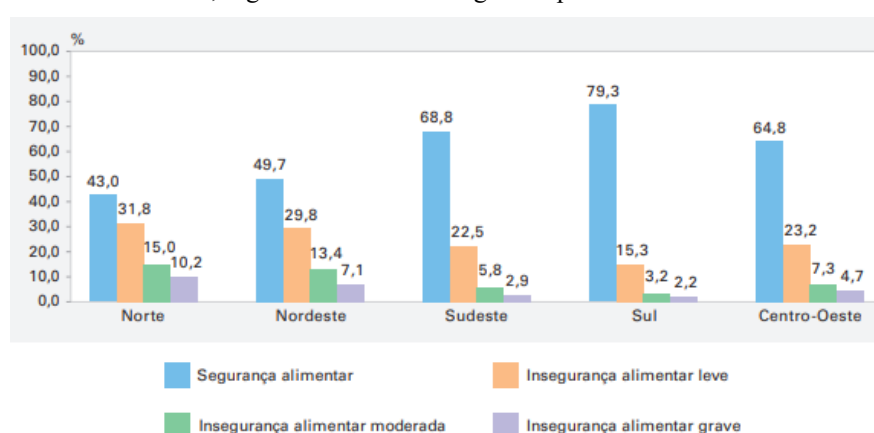




nutricionais adequadas, a qualidade biológica e sanitária para o acesso aos alimentos e a promoção das boas práticas de alimentação (Brasil, 2006).

A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil tem muitas dimensões que refletem em várias perspectivas e propósitos de uso. De acordo com Kepple (2010), a primeira dimensão está relacionada à disponibilidade e oferta de alimentos para toda população, que depende da produção, importação (quando é necessário) e também dos sistemas de armazenamento e distribuição. A segunda dimensão já envolve o acesso físico e econômico aos alimentos, que envolve obter alimentos com qualidade nutricional adequada e com quantidade suficiente, levando em consideração a política de preço do território e da renda familiar. A terceira dimensão está relacionada à utilização biológica dos alimentos, pelo organismo e aproveitamento dos nutrientes, que podem ser afetados diretamente pelas condições sanitárias nas quais as pessoas residem, e produzem seus alimentos. Por último, a dimensão estabilidade, trata-se de uma ação de grande importância para a definição da SA ou IA das famílias em determinadas regiões, no qual implica no grau de perenidade da utilização, ao acesso aos alimentos. Essa dimensão envolve a sustentabilidade social, ambiental e econômica, e requer ações do poder público e das famílias para evitar que futuros problemas de insegurança alimentar sejam crônicos, sazonais ou passageiros.

Figura 1 - Distribuição percentual dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo as Grandes Regiões – período 2017 – 2018.



Fonte: IBGE, POF (2020).





Na Figura 1 está representada a distribuição da SA e IA das cinco Grandes Regiões em diferentes cenários. A representação de IA moderada e grave foi maior nas regiões Norte e Nordeste. Na região Norte teve cerca de cinco vezes mais domicílios com restrições críticas de acesso aos alimentos, com IA grave, quando comparada com a região Sul 10,2% contra 2,2%. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil foram os locais com maiores percentuais de domicílios particulares onde a fome esteve presente, tendo IA grave, representando 10,2% e 4,7%, respectivamente.

A IA esteve presente em cerca de 5% dos domicílios das regiões Sudeste – 2,9% e Sul – 2,2%. Esses dados nos revelam que a desigualdade nas regiões é nítida, e o acesso a alimentos continua limitado e com deficiência, ainda está presente a situação de fome nessas regiões.

3. METODOLOGIA

A abordagem utilizada neste estudo foi qualitativa, por meio do estudo de caso. É uma pesquisa exploratória descritiva, analisando a gestão nutricional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) frente a pandemia da Covid-19, nos municípios de Angatuba/SP e Itapetininga/SP.

A pesquisa foi iniciada a partir de uma revisão de literatura, auxiliando no embasamento teórico dos principais temas abordados referentes às políticas públicas; PNAE e sua evolução como política, bem como a importância da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para o ensino e aprendizagem dos alunos beneficiários. A coleta de dados primários foi realizada junto às nutricionistas técnicas responsáveis pelo PNAE nos dois municípios da região sudoeste paulista. Num primeiro momento, foram realizadas as coletas de informações por meio de entrevistas semiestruturadas com os nutricionistas responsáveis pela execução do programa em cada município, ou seja, foi feita a coleta de dados com cada nutricionista dos dois municípios estudados. Todos os depoimentos foram analisados igualmente, levando em consideração as estratégias de gestão que as nutricionistas adotaram em diferentes cenários de





atuação. Buscou-se compreender a importância do PNAE para o desenvolvimento intelectual e nutricional de cada aluno.

Foram analisadas as dimensões social e nutricional do PNAE nos dois municípios estudados, bem como as dimensões de produtos destinados ao programa, além de se avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional dos alunos. Foi realizada uma análise qualitativa, abordando a gestão do PNAE em três recortes temporais: antes da pandemia, durante e após a retomada gradativa das aulas, para verificar se em algum desses períodos os alunos tiveram algum grau de insegurança alimentar. Com a sistematização dos dados, foram feitas análises em três diferentes aspectos: 1) Gestão nutricional do PNAE, 2) estratégias de adaptação frente a pandemia da Covid-19 e 3) análise da Segurança Alimentar e Nutricional. Este artigo resulta de pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

As entrevistas foram realizadas no mês de janeiro de 2024, sendo gravadas em áudio, transcritas e posteriormente analisadas. A análise de dados foi realizada a partir da análise de conteúdo, que consiste em interpretação da comunicação que permite a compreensão da recepção das mensagens dos entrevistados. Foi analisado o conteúdo em três fases: pré-análise; exploração do material; e o tratamento dos resultados e interpretação destes.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dos resultados obtidos nessa pesquisa, realizada nos municípios de Angatuba/SP e Itapetininga/SP, junto com as nutricionistas de cada município, pode-se afirmar algumas hipóteses levantadas no início desse estudo, que trataremos a partir de então.

Foram analisadas as estratégias de gestão nutricional do PNAE e segurança alimentar dos alunos nos dois municípios estudados, buscando principalmente observar as perspectivas da SAN por meio do PNAE, em três recortes temporais. Foi analisada a efetividade do PNAE antes da Pandemia da Covid-19, as principais estratégias de adaptação utilizadas pelas





nutricionistas durante a pandemia, e a situação após a retomada gradativa das aulas dos alunos beneficiários do PNAE nos municípios. [OBJ]

4.1 Dimensão social e nutricional do PNAE nos municípios de Angatuba/SP e Itapetininga/SP

A função dos responsáveis pela gestão nutricional do PNAE nos dois municípios estudados é exercida por nutricionistas técnicas. No município de Angatuba/SP, a nutricionista Isabelle Aparecida de la Libera atua como nutricionista do PNAE há 12 anos. Já em Itapetininga/SP, a nutricionista Silmara Alvares Amaral atua há 11 anos na frente gestora do Programa no município.

As principais motivações da nutricionista Isabelle para executar as ações nutricionais do PNAE no município de Angatuba/SP são a importância de a merenda escolar representar uma refeição essencial para os estudantes nas escolas. Além disso, os projetos de educação nutricional desenvolvidos pela nutricionista possibilitam que os alunos compreendam a importância de manter hábitos alimentares saudáveis. Para muitos alunos, a merenda escolar é a refeição mais saudável consumida ao longo do dia. Já a nutricionista Silmara, do município de Itapetininga/SP, ressalta que sua motivação em executar as ações do PNAE decorre do compromisso com o planejamento alimentar adequado às necessidades dos alunos, buscando proporcionar a alimentação mais saudável possível para os beneficiários.

A instituição envolvida no processo de implantação do quadro de nutricionista nos dois municípios estudados foi a Secretaria da Educação. A principal dificuldade enfrentada no processo de implantação da gestão nutricional no município de Angatuba/SP foi a falta de interesse do governo local em investir na contratação de mais nutricionistas para apoiar o processo de gestão do programa. Somente no ano de 2024 foi contratado mais uma nutricionista, por meio de concurso público, que atualmente está apoiando no processo de gestão nutricional do PNAE.





De acordo com a nutricionista Isabelle, a vida pessoal e acadêmica dos alunos beneficiários melhorou significativamente após a implantação do PNAE no município de Angatuba/SP. Se não houvesse esse programa assistencial, com certeza a qualidade da alimentação e o nível de aprendizagem dos alunos diminuiria drasticamente. No município de Itapetininga/SP não é diferente. A nutricionista Silmara relata que a vida pessoal e o nível de aprendizagem dos alunos melhoraram com a implantação do programa. Se ele não existisse, o município não teria condições de suprir as necessidades alimentares dos alunos beneficiários.

Desde os primeiros anos da gestão nutricional, os dois municípios estudados apresentaram diferentes perspectivas em relação à operacionalização do PNAE. A nutricionista Isabelle destaca que, no município de Angatuba/SP, houve algumas problemáticas relacionadas à gestão do programa. Uma delas foi a falta de visitas técnicas e de atuação do CAE – Conselho de Alimentação Escolar. Além disso, o número de nutricionistas era insuficiente para atender às necessidades do município. Também foram relatadas a falta de equipamentos para os colaboradores, como, por exemplo, carros adequados para deslocamento dos nutricionistas até as escolas que recebem as refeições do PNAE, e a falta de atenção da gestão municipal às dificuldades enfrentadas pela equipe gestora. Ainda no município de Angatuba/SP, a nutricionista busca em sua gestão sempre priorizar a higiene dos espaços físicos utilizados na preparação das refeições, além de promover periodicamente capacitações e treinamentos para os funcionários. Também é priorizado o recebimento de alimentos frescos e dentro do prazo de validade para a realização das refeições dos alunos. Já no município de Itapetininga/SP, a nutricionista Silmara destaca que o maior desafio da gestão nutricional é atender a resolução Nº 6, de 8 de maio de 2020, e elaborar os cardápios adequados às necessidades específicas de alguns grupos de alunos, como alunos obesos, portadores de alguma doença ou com restrições alimentares. As principais estratégias adotadas pela equipe de nutricionistas no município têm sido priorizar a promoção de bons hábitos alimentares entre os alunos beneficiários.





4.2 Dimensão de produtos, segurança alimentar e PNAE

Os dois municípios estudados na região sudoeste do estado de São Paulo, têm suas características, fornecimento, dinâmica de gestão e nível de segurança alimentar divergentes entre si. Nesse sentido, foi analisada a gestão do PNAE nos dois municípios, os valores quantitativos dos alimentos destinados ao programa, o impacto da Covid-19 e as novas estratégias de adaptação frente à calamidade pública, e por último, foi analisado o nível de segurança alimentar dos alunos, em três recortes temporais: antes da pandemia, durante e após a retomada gradativa das aulas.

Diariamente, são destinados cerca de 650 kg de alimentos para o preparo das refeições no período da manhã, tarde, noite e integral. Mensalmente, foi destinado aproximadamente 13.000 kg de alimentos para o preparo da merenda escolar nesses mesmos períodos, no município de Angatuba/SP. Os dados analisados foram obtidos a partir de 16 escolas que se beneficiam das ações do PNAE no município.

A partir da análise feita pela nutricionista de Angatuba/SP, o PNAE vem sendo o principal programa de segurança alimentar que está fortalecendo o ensino e a aprendizagem nas escolas do município. A nutricionista relata que o período de maior efetividade do PNAE no município foi a partir do segundo semestre de 2021, por conta do reflexo da pandemia do Covid-19, o que fez com que a gestão, como um todo, reformular o plano de gestão do PNAE no município. Ela ainda ressalta que, com o amparo da política pública, os alunos têm maior desempenho escolar. Já em Itapetininga/SP, a gestora nutricional relata que o PNAE é, de fato, o principal programa de apoio à alimentação escolar, mas, infelizmente, não atende às necessidades do município, tendo que ser amparado com recursos financeiros do QESE – Quota Estadual do Salário-Educação. A gestão nutricional avalia o programa como efetivo em todos os anos de gestão, mas ressalta que, durante o período da pandemia, o PNAE não conseguiu atender 100% dos alunos beneficiários, por conta do isolamento social, que impossibilitou os alunos de terem acesso às aulas presenciais. Mesmo ocorrendo essas problemáticas durante o período pandêmico, a gestão nutricional buscou novas estratégias de





adaptação para que pudesse atingir o maior número de alunos. Uma das iniciativas foi a ação “Almoço não tira férias” que oferece marmitas de comida para os alunos matriculados nas escolas do município. A gestora nutricional ainda relata que, quando o aluno recebe os benefícios do PNAE, ele tende a apresentar maior desempenho escolar, pois, quando está bem alimentado, o desempenho em sala de aula é superior.

No município de Itapetininga/SP, a assistência social é responsável por mapear os alunos e famílias com situação de vulnerabilidade social. De acordo com os dados coletados, a promoção social destina cerca de 5.500 cestas básicas para as famílias carentes do município. Vale ressaltar que, ainda em Itapetininga/SP, existe um índice de 38% de alunos que sofrem com algum grau de obesidade infantil.

Em ambos os municípios estudados, as nutricionistas técnicas responsáveis pela alimentação dos alunos destacam que, periodicamente, há acompanhamento e avaliação dos alimentos destinados aos beneficiários. No município de Angatuba/SP, a nutricionista responsável relata que, semanalmente, há o recebimento de alimentos para a elaboração da merenda escolar, principalmente os alimentos perecíveis. Os hortifrúteis e carnes são recebidos e estocados semanalmente. Já outros alimentos que não são perecíveis e têm o prazo de validade mais longo são estocados por um período maior. Vale ressaltar que, diariamente, a nutricionista técnica retira amostras dos alimentos oferecidos aos alunos, a fim de possibilitar um acompanhamento nutricional eficiente de todo cardápio ofertado. O cardápio da merenda escolar é elaborado uma vez por mês, com refeições diversificadas ao longo da semana. Essas ações não são diferentes no município de Itapetininga/SP. Os nutricionistas responsáveis pelo PNAE recebem alimentos somente de empresas com marcas aprovadas, ou seja, a gestão nutricional busca oferecer aos alunos beneficiários alimentos com maior qualidade nutricional. Além disso, periodicamente, os nutricionistas realizam visitas técnicas às unidades que preparam a merenda escolar, para analisar se os alimentos estão sendo elaborados da forma correta, a partir do Planejamento de Cardápios para a Alimentação Escolar. Diariamente, as nutricionistas fazem a coleta de amostras dos alimentos consumidos pelos alunos das escolas públicas.





Com a vinda da Pandemia da Covid-19, em meados de fevereiro de 2020 no Brasil, houve diversos impactos sociais e econômicos, não somente em nível nacional, mas em todo o mundo. Nesse sentido, partimos de uma análise sobre os impactos na segurança alimentar dos alunos com a vinda da pandemia. No município de Angatuba/SP, a nutricionista técnica relata que os principais impactos causados foram: a falta consciência alimentar, pois, no período pandêmico, os alunos consumiam alimentos prejudiciais à saúde, por razão da ausência de acompanhamento nutricional adequado. Após a retomada das aulas presenciais, houve uma certa resistência por parte dos alunos aos alimentos oferecidos nas escolas, e os mesmos não queriam se alimentar de frutas, verduras e legumes. A nutricionista técnica do PNAE em Angatuba ainda ressalta que alguns alunos passaram fome durante a pandemia, pois o único alimento saudável que eles consumiam era por meio da merenda escolar, e com a pandemia os alunos não tiveram o acesso regular a esses alimentos. A nutricionista do município de Itapetininga/SP relata que o cenário local é bastante parecido com o do município vizinho. Com a chegada da Covid-19, houve um aumento significativo nos casos de obesidade e sobrepeso entre os alunos, além de uma grande resistência aos alimentos oferecidos pelo PNAE. Isso é o reflexo dos maus hábitos alimentares adquiridos durante a pandemia, já que os estudantes não contaram com um acompanhamento nutricional eficiente. Consequentemente, observou-se um aumento nos índices de sobrepeso e obesidade dos alunos após a retomada das aulas presenciais.

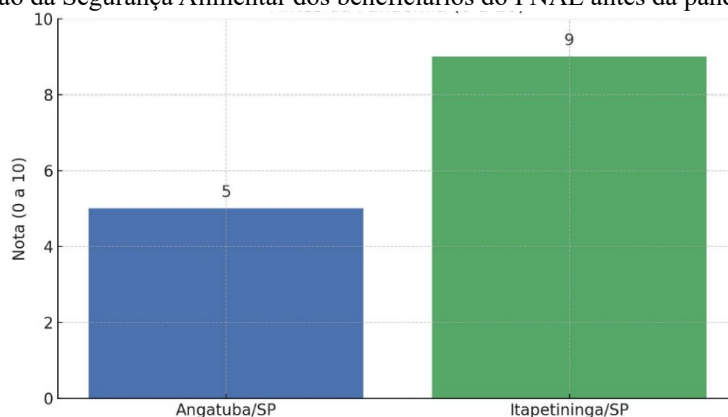
Durante a pandemia da Covid-19, as nutricionistas técnicas responsáveis pelo PNAE tiveram que adotar novas estratégias para atender os alunos do programa, levando em consideração que os estudantes não estavam frequentando o sistema de ensino presencial. No município de Angatuba/SP, foram oferecidos semanalmente aos alunos, durante o isolamento social, cestas de alimentos perecíveis - hortifrútis e carne. Já os alimentos não perecíveis – como arroz, fubá e óleo eram enviados para que os beneficiários pudessem consumi-los por um período de 60 a 90 dias. Os beneficiários do PNAE em Angatuba/SP tiveram, de fato acesso aos alimentos advindos do programa, mas não tiveram garantida a segurança alimentar, pois o preparo das refeições era feito pelas próprias famílias, sem controle nutricional





adequado. A nutricionista técnica ainda ressalta que, durante o período pandêmico, os alunos apresentaram um certo grau de segurança alimentar, dados que serão analisados no final deste capítulo. Na cidade de Itapetininga/SP, a entidade executora também oferecia aos alunos cestas de alimentos não perecíveis e hortifrutis provenientes da agricultura familiar. No entanto, nem todos os alunos tiveram acesso aos alimentos oferecidos pelo programa - somente os que se enquadram nas diretrizes estabelecidas pelo órgão executor, ou seja, alunos cadastrados no programa da Bolsa Família foram os que receberam as cestas de alimentos uma vez no mês. As gestoras nutricionais afirmam que os alunos não estavam em insegurança alimentar durante a pandemia, mas reconhecem que houve um aumento nos casos de sobrepeso, em razão da má alimentação no período pandêmico.

Figura 2 Avaliação da Segurança Alimentar dos beneficiários do PNAE antes da pandemia da Covid-19



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

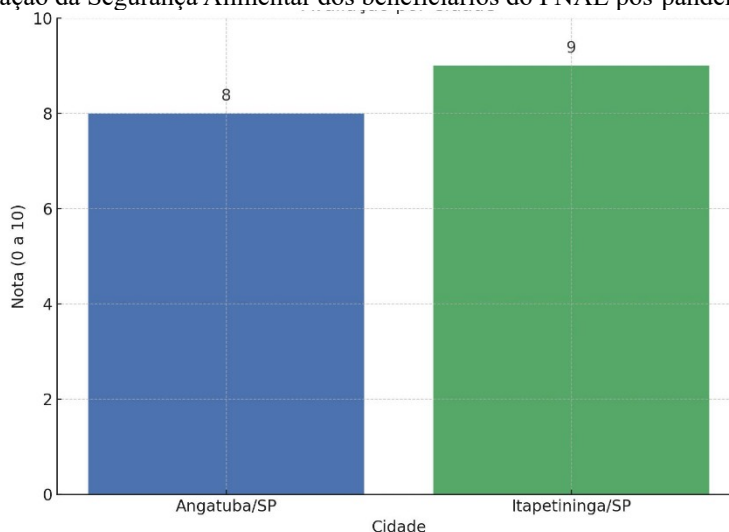
De acordo com a Figura 2 acima, podemos analisar a avaliação da segurança alimentar dos alunos beneficiários do PNAE antes da pandemia da Covid-19. A nutricionista técnica responsável pela execução do PNAE em Angatuba/SP avaliou o programa com a nota 5 em relação à Segurança Alimentar dos alunos. A nutricionista ainda ressalta que, antes da pandemia, 60% dos alunos beneficiados estavam com Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), pois os alimentos oferecidos no período de 2010 a 2019 garantem parcialmente a SAN



dos beneficiários. Já em Itapetininga/SP, a nutricionistas responsáveis avaliaram o programa com nota 9, pois relatam que a maioria das metas havia sido alcançada antes da pandemia.

A avaliação da Segurança Alimentar do PNAE durante a pandemia da covid-19 em Angatuba/SP foi a nota 3, pois, de acordo com a nutricionista responsável, a gestão não teve o controle nutricional dos alimentos consumidos pelos alunos, nem sobre a forma como as refeições eram preparadas. A nutricionista técnica ainda ressalta que, durante a pandemia, apenas 30% dos alunos apresentaram SAN, ou seja, a maioria dos alunos esteve, por algum período da pandemia, com algum grau de insegurança alimentar. Em Itapetininga/SP, a nutricionista responsável não atribuiu nota à execução do programa durante a pandemia, pois considera que a segurança alimentar dos alunos não foi atendida, principalmente porque os alunos não tiveram acesso adequado à alimentação nas unidades de ensino. [Obj]

Figura 3 Avaliação da Segurança Alimentar dos beneficiários do PNAE pós-pandemia da Covid-19



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

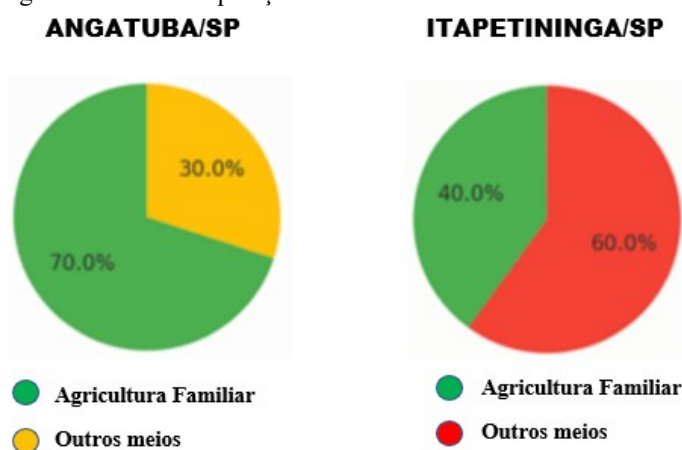
De acordo com a Figura 3 acima, podemos observar a avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional dos beneficiários do PNAE no período pós-pandemia da Covid-19. No município de Angatuba/SP, a gestão nutricional avaliou a Segurança Alimentar pós-pandemia com a nota 8, devido ao fato de que a qualidade da alimentação escolar da gestão



atual melhorou significativamente. A nutricionista ainda destaca que 80% dos alunos apresentaram SAN adequada, pois as ações da gestão administrativa e nutricional foram eficientes durante o período pandêmico. No município de Itapetininga/SP, a nutricionista responsável avaliou a Segurança Alimentar e Nutricional pós-pandemia com a nota 9, relatando que todas as atribuições sob sua responsabilidade foram executadas de forma efetiva.

Todos os alimentos adquiridos para o preparo das refeições e destinados aos alunos beneficiários, nos dois municípios estudados, são provenientes da agricultura familiar local, de varejistas ou atacadistas. As aquisições dos alimentos são realizadas por meio de licitações, chamadas públicas e compras diretas.

Figura 4 Meios de aquisição dos alimentos destinados ao PNAE



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Conforme a Figura 4 acima, podemos identificar os dados referente à porcentagem de alimentos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Angatuba/SP e Itapetininga/SP. No município de Angatuba/SP, 70% dos alimentos adquiridos para a merenda escolar são advindos da agricultura familiar local, enquanto 30% são adquiridos de empresas varejistas e indústrias, entre alimentos perecíveis e não perecíveis. Em Itapetininga/SP, 40% dos alimentos adquiridos são oriundos da agricultura familiar, e 60% são provenientes de empresas terceirizadas e indústrias.



Na Tabela 1 a seguir, será apresentado o modelo de cardápio elaborado pela gestão nutricional no PNAE em Angatuba/SP.

Tabela 1 Cardápio semanal dos beneficiários do PNAE do período integral

Refeições	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
Café da manhã	Pão francês com margarina + leite com café	Pão temperado com margarina + leite com chocolate 32%	Pão francês com margarina + leite com café	Pão temperado com margarina + leite com chocolate 32%	Pão francês com margarina + leite com café
Merenda da manhã	Bolacha salgada + leite com chocolate 32%	Vitamina de mamão com aveia	Banana + bolacha salgada	Melancia + Bolacha doce	Leite com café + bolacha doce
Almoço	Macarrão com molho de carne moída. Salada: Pepino e cenoura cozida	Arroz c/ cenoura, feijão, iscas de tilápia assada. Salada: Alface e tomate	Arroz com frango e feijão. Salada: Acelga e beterraba cozida	Arroz, feijoada e farofa de couve. Salada: Vinagrete	Arroz, feijão, peito de frango c/ cenoura e tomate. Salada: Alface
Merenda da tarde	Bolacha doce + Leite com café.	Pão francês com margarina + leite com chocolate 32%.	Bolacha doce + leite com café.	Bolacha salgada + leite com café.	Pão francês com margarina + suco de laranja.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

De acordo com a Tabela 1 acima, podemos identificar o cardápio dos alimentos destinados à merenda escolar no município de Angatuba/SP. O cardápio evidencia a variedade de refeições oferecidas aos alunos beneficiários, o que demonstra o compromisso que a gestão nutricional tem com a segurança alimentar dos estudantes. Vale ressaltar que esse cardápio em específico se refere ao período integral, sendo composto por quatro refeições ao longo do dia: café da manhã, refeição da manhã, almoço e merenda da tarde.

No município de Itapetininga/SP, os principais alimentos adquiridos para o preparo das refeições dos alunos beneficiários são: arroz, feijão, leite integral, café, biscoitos doces e salgados, fórmulas lácteas, hortifrutis, macarrão, sal, temperos, carne bovina e suína, frango e peixe, abrangendo tanto alimentos perecíveis quanto não perecíveis. Nenhum dos alimentos adquiridos por meio do programa é orgânico, e o único que não é industrializado é o hortifrutí. Todos os alimentos são destinados às creches, ao ensino fundamental, ensino médio





e à Educação de Jovens e Adultos (EJA). É importante destacar que todas as refeições são preparadas nas próprias unidades de ensino, ou seja, cada escola conta com cozinheiras e auxiliares de cozinha responsáveis pelo preparo das refeições. Diferentemente de Angatuba/SP, que conta uma cozinha piloto, onde as refeições são preparadas somente em um local e posteriormente distribuídas para as unidades de ensino.

Para fazer o diagnóstico da efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Angatuba/SP e Itapetininga/SP, o estudo partiu da premissa de analisar o nível de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em três recortes temporais: antes da pandemia da Covid-19: período entre o ano de 2010 a 2019; durante a pandemia: período entre fevereiro de 2020 a setembro de 2021; e Pós-pandemia: período iniciado em meados de outubro de 2021 até os dias atuais.

Nesse sentido, o diagnóstico realizado para medir o nível de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos alunos beneficiários do PNAE nos dois municípios estudados partiu de um quadro de análise de três níveis de situação de Segurança Alimentar, conforme a Tabela 3 a seguir.

Tabela 2 Descrição dos graus de Segurança Alimentar e Nutricional

Situação de segurança alimentar	Descrição
Segurança alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

Fonte: IBGE/PNAD (2020, p. 22).

Na Tabela 3 a seguir, será analisado o nível de Segurança Alimentar e Nutricional dos beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Angatuba/SP. Para facilitar a leitura da tabela, foram utilizadas as seguintes abreviações:

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.4 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





1. **SA** – Segurança Alimentar
2. **IAL** – Insegurança Alimentar Leve
3. **IAM** – Insegurança Alimentar Moderada
4. **IAG** – Insegurança Alimentar Grave

Tabela 3 Avaliação do nível de Segurança Alimentar e Nutricional dos beneficiários do PNAE em Angatuba/SP

Nível de Segurança Alimentar e Nutricional				
Nível de ensino ▼	2010 a 2019	Pandemia Covid-19	Após retomada gradativa das aulas	Período ←
Creches	SA	IAL	SA	Nível de Segurança Alimentar e Nutricional
Ensino Fundamental	SA	IAL	SA	
Ensino Médio	SA	IAL	SA	
EJA	SA	IAL	SA	

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Conforme a Tabela 3, a nutricionista técnica responsável pela gestão nutricional do PNAE em Angatuba/SP avaliou o nível de Segurança Alimentar e Nutricional da seguinte forma:

Nos diferentes níveis de ensino – creche, ensino fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), no período de 2010 a 2019 (pré-pandemia), os alunos foram avaliados com **SA – Segurança Alimentar**, ou seja, as ações da gestão foram suficientes para garantir a segurança alimentar dos estudantes. Durante a pandemia da Covid-19 (fevereiro de 2020 a setembro de 2021), a nutricionista técnica avaliou o período com **IAL – Insegurança Alimentar Leve**, especificamente porque os alunos não tiveram acesso regular à alimentação escolar nem à segurança nutricional proporcionada anteriormente pelas refeições preparadas sob orientação técnica. Com a retomada gradual das aulas presenciais





(pós-pandemia), a nutricionista avaliou o período como novamente sendo de **SA – Segurança Alimentar**, indicando que os alunos voltaram a ter o acesso à alimentação saudável, preparada de forma adequada e conforme as diretrizes estabelecidas pelo PNAE para as entidades executoras.

Na Tabela 4 a seguir é apresentado o diagnóstico e análise da Segurança Alimentar dos alunos beneficiários do PNAE no município de Itapetininga/SP.

Tabela 4 Avaliação do nível de Segurança Alimentar e Nutricional dos beneficiários do PNAE em Itapetininga/SP

Nível de Segurança Alimentar e Nutricional				
Nível de ensino ▼	2010 a 2019	Pandemia Covid-19	Após retomada gradativa das aulas	Período
Creches	SA	-	SA	Nível de Segurança Alimentar e Nutricional
Ensino Fundamental	SA	-	SA	
Ensino Médio	SA	-	SA	
EJA	SA	-	SA	

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Conforme a Tabela 4, é possível observar o nível de segurança alimentar dos alunos no período de 2010 até os dias atuais. No recorte de 2010 a 2019 (antes da pandemia), a nutricionista técnica do município avaliou o período com **SA – Segurança Alimentar**. Isso indica que, nesse intervalo, os alunos da creche, ensino fundamental, ensino médio e o EJA tiveram acesso suficiente à alimentação escolar para atender às suas necessidades nutricionais. Entretanto, durante o período pandêmico, especificamente entre fevereiro de 2020 e meados de setembro de 2021, o nível de segurança alimentar não foi avaliado pela gestão nutricional, pois, conforme relatado, os nutricionistas não tinham controle sobre os alimentos que estavam





sendo consumidos pelos alunos fora do ambiente escolar. O único grupo que recebeu amparo do programa durante esse período foi composto por alunos cadastrados em outra política pública, o Bolsa Família. Esses alunos receberam mensalmente cestas de alimentos, como forma de compensar pela suspensão das aulas presenciais e da merenda escolar. Já após a retomada gradual do ensino presencial (pós-pandemia), a nutricionista do programa avaliou o período com **SA – Segurança Alimentar**, ou seja, os alunos voltaram a ter o acesso à alimentação saudável, com controle nutricional adequado, através das refeições realizadas pela gestão nutricional.

Os dados analisados nos dois municípios estudados revelaram quais são as estratégias de gestão de cada entidade executora. A análise realizada identificou três diferentes estratégias da gestão nutricional no município: a primeiro foi a efetividade do PNAE antes da pandemia; a segunda, as estratégias de adaptação frente à pandemia da Covid-19; e, por último, a retomada da gestão efetiva do PNAE diante das aulas presenciais, no cenário pós-pandemia. Os resultados obtidos das duas gestões foram divergentes ao analisarmos especificamente os impactos da chegada da pandemia da covid-19. Em Angatuba/SP, a gestão nutricional identifica as consequências que a pandemia causou aos alunos beneficiários, resultando em um grau de insegurança alimentar leve no período. Já em Itapetininga/SP, a gestora nutricional não avaliou o nível de Segurança Alimentar dos alunos no período, mas afirma que foram beneficiados aproximadamente 3.500 alunos, que faziam parte de outro programa, o Bolsa Família, por meio do qual recebiam cesta de alimentos e hortifrutis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou a importância da gestão do PNAE na região sudoeste do estado de São Paulo, especificamente nos municípios de Angatuba/SP e Itapetininga/SP. Ao analisar-se o cenário e o reflexo da pandemia da Covid-19, observa-se uma situação de grande calamidade pública em todo o território nacional. Essa situação não foi diferente nos dois municípios estudados na região sudoeste paulista. As problemáticas enfrentadas no





período pandêmico também impactaram negativamente a segurança alimentar dos alunos, e a qualidade do ensino e da aprendizagem foi igualmente afetada.

Com os resultados desta pesquisa, pode-se verificar que, sem o apoio de políticas públicas em cenários de calamidade pública, as consequências sociais seriam significativamente maiores. Entretanto, mesmo diante das limitações enfrentadas durante a pandemia, o PNAE manteve seu papel essencial ao garantir o acesso básico à alimentação aos alunos beneficiários; sem essa atuação, o grau de insegurança alimentar seria ainda mais elevado. As iniciativas traçadas pelos atores envolvidos na gestão do PNAE contribuíram para que os alunos tivessem algum nível de segurança alimentar. No período anterior à pandemia, nos dois municípios estudados, os alunos tiveram a garantia da segurança alimentar por meio da alimentação escolar. Durante o período pandêmico, em Angatuba/SP, os alunos beneficiários apresentaram um grau de insegurança alimentar classificado como leve. Após a retomada gradativa das aulas presenciais, os alunos voltaram a ter acesso à alimentação escolar e à garantia da segurança alimentar nutricional.

Foi diagnosticado nessa na pesquisa, que durante a pandemia da covid-19, alguns alunos passaram fome, ou seja, tiveram insegurança alimentar leve no município de Angatuba/SP, pois o único alimento saudável que eles consumiam era por meio da merenda escolar, e com a pandemia, eles não tiveram acesso regular a esses alimentos.

Com a chegada da Covid-19, houve um aumento significativo nos casos de obesidade e sobrepeso entre os alunos, além de uma grande resistência aos alimentos oferecidos pelo PNAE. Isso é reflexo dos maus hábitos alimentares adquiridos durante a pandemia, já que os estudantes não contaram com um acompanhamento nutricional eficiente. Consequentemente, observou-se um aumento nos índices de sobrepeso e obesidade entre os alunos após a retomada das aulas presenciais.

Durante a pandemia da Covid-19, as nutricionistas técnicas responsáveis pelo PNAE tiveram que adotar novas estratégias para atender os alunos do programa, mas essas ações não foram suficientes para garantir 100% da segurança alimentar dos beneficiários desse programa.





As políticas públicas de segurança alimentar devem sempre estar progredindo efetivamente e devem ter um amparo significativo dos órgãos governamentais. Em cenários de calamidade pública, a gestão nutricional desses programas deve sempre ter o senso de adaptação, para que a funcionalidade do PNAE continue beneficiando de forma efetiva seus beneficiários.

A execução efetiva do PNAE reflete positivamente na qualidade de vida, no ensino e na aprendizagem dos alunos nos territórios atendidos. Esse estudo contribui para que os gestores nutricionais de políticas públicas possam refletir, se adaptar e traçar estratégias efetivas na condução de políticas de segurança alimentar, sendo elas em cenários otimistas ou pessimistas. Nos municípios de Angatuba/SP e Itapetininga/SP, existem estratégias nutricionais viáveis que garantiram a segurança alimentar parcial dos beneficiários do PNAE, em determinados períodos, trazendo retornos sociais. Nesse sentido, é de grande importância conduzir a gestão nutricional das políticas públicas para que se alcance a soberania alimentar e se mitigue a insegurança alimentar nos territórios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 7.272, de 25 de agosto de 2010.** Regulamenta a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 164, p. 6-8, 26 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 179, p. 1-2, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 20 out. 2023.





CASTRO, J, **Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço**. Rio de Janeiro : Edições Antares, 1930.

COIMBRA, M; MEIRA, JFP; STARLING, BL. **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil** – INAE/MEC, 1982.

FNDE (Brasília) – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: Histórico**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 30 jul. 2021.

FONSECA, W. S. **Bases da alimentação escolar**. Rio de Janeiro, Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), 1953

IBGE (ed.). **Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibge, 2020.

KEPPLE, A. W. **Relatório do produto 01: documento técnico contendo análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI a respeito dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional - PAA e cisternas**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, 2010.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2011. 135 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ensino em Ciências da Saúde, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROCHA, H.H.P. **Educação escolar e higienização da infância**. Cad. CEDES vol 23, nº 59 Campinas Apr 2003.

ROSENBURG, C.P. **Merenda Escolar e crescimento**. São Paulo, 1972. (Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da USP).



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



STEFANINI, M.L.R. **Merenda Escolar: História, Evolução e Contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança.** São Paulo, 1997. (Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da USP).

Recebido em: 16/03/2026

Aprovado em: 27/03/2026

Publicado em: 08/04/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.4 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

